



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638954 - RS (2021/0003810-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : PEDRO FRANCISCO FERNANDES POMNITZ E OUTRO
ADVOGADOS : DIOGO JARDEL BOFF - RS075765
PEDRO FRANCISCO FERNANDES POMNITZ - RS095700
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DOUGLAS MIGUEL SANTOS PEDROSO DE MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS MIGUEL SANTOS PEDROSO DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (N. 0103703-39.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.434/06. Ao recurso de apelação da defesa foi negado provimento por maioria de votos. Os embargos infringentes foram rejeitados.

O impetrante sustenta que "a apreensão de substância estupefaciente no imóvel do paciente decorreu mediante invasão domiciliar ilícita, porquanto decorrente de uma singela 'denúncia anônima', pelo que, em consonância ao entendimento jurisprudencial desta Corte, macularia a prova produzida" (fls. 5-6).

Requer, em pedido liminar, a revogação da prisão preventiva do paciente até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja "declarada ilícita a prova da materialidade do crime, diante da escancarada invasão domiciliar ao arrepio da Constituição Federal, para o fim de se absolver o paciente da imputação de tráfico de drogas, tendo por fundamento ao disposto no art. 386, inc. II, do Código de Processo Penal" (fl. 12).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente